

**REQUERIMENTO Nº DE 2017**

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Dyogo Henrique de Oliveira, informações acrescidas de seus documentos comprobatórios (se possível em meio magnético):.

Nesses termos, requisita-se: – a lista completa de todas as “empresas estatais” (incluindo as sociedades de economia mista – dependentes ou não –, empresas públicas, autarquias, bem como suas subsidiárias), destacando os seguintes pontos:

1. a data e a lei de sua criação;
2. a sua finalidade e o Ministério a que está vinculada;
3. o número de servidores/funcionários, incluindo-se os terceirizados;
4. os recursos anuais recebidos do Tesouro Nacional a qualquer título e discriminados por tipo (pessoal, custeio, investimento ou aporte de capital) desde 2010;
5. a divisão de seu capital entre acionistas (se couber);
6. membros do Conselho de Administração.

**JUSTIFICAÇÃO**

Quando o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito, em 2002, imaginava poder ascender socialmente os pobres. No entanto, os resultados se



mostraram ambíguos: a despeito de alguns ganhos, é importante observar que houve, sim, um crescimento exagerado – e na maioria das vezes injustificado – do tamanho do Estado.

Por outro lado, nenhum dos grandes partidos defende a redução do tamanho do governo. E os políticos que o fazem são frequentemente acusados pelos nacionalistas de terem se vendido ao capitalismo americano.

O resultado, hoje, é uma burocracia que consome 41% do produto interno bruto do país — cerca do dobro da proporção dos EUA. O retorno de todo esse dinheiro é questionável: estradas, pontes e portos mal construídos e sistemas de educação e saúde públicas de segunda classe. Como dizem alguns, o Brasil tem impostos da Escandinávia e infraestrutura da África.

A burocracia pesada inibe a criação de empregos e o Brasil ocupa a 174ª posição no ranking do Banco Mundial dos países em que é mais fácil fazer negócios, atrás de Uganda e Djibuti.

Além disso, a participação estatal na economia é grande e, pior, pouco conhecida. Quais e quantas são exatamente as empresas estatais? Qual é a participação acionária do Estado? Quais, enfim, os benefícios que são trazidos por essas companhias? São perguntas bastante pertinentes, mas para as quais há poucas respostas.

Talvez o legado mais pernicioso do Estado inchado seja a corrupção endêmica que se alastra pelo país. O Estado brasileiro do Leviatã cresceu tanto que fez surgir uma teoria popular de que a corrupção poderia ser uma coisa boa porque “lubrificava as engrenagens” de uma burocracia emperrada.

O principal exemplo dessa tendência é o escândalo da Petrobras, que é um estudo de caso das oportunidades que o Estado brasileiro do Leviatã jogou

fora. Investimentos enormes em refinarias e outros projetos foram, em grande parte, desperdiçados. Em 2006, a Petrobras comprou uma refinaria envelhecida em Pasadena, Texas, por US\$ 1,2 bilhão, 30 vezes o valor pela qual ela tinha sido vendida no ano anterior. É um de muitos exemplos.

O escândalo da Petrobras mostra, ainda, como políticos usaram a corrupção para interesses próprios.

Enfim, são elementos que justificam mais transparência, inclusive para que possamos, dentro do debate democrático, encontrar soluções que tornem as empresas controladas pelo Estado mais eficientes e capazes de ajudar na promoção do desenvolvimento nacional. Mas, para tanto, precisamos, antes de mais nada, de informações mais claras sobre quais são e o que fazem as empresas estatais brasileiras.

Sala das Sessões,                      de                                              de                                              .

**Senador Alvaro Dias**  
**(PODE - PR)**  
**Líder**

